



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Resolução n. 45, de 23 de setembro de 2008

Altera o Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER.

O Presidente do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 68 do Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 62, de 18 de setembro de 1992, e tendo em vista decisão do referido Conselho em sessão ordinária de 23 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Inserir novo parágrafo 1º no artigo 63 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, renumerando os demais parágrafos.

**"Art. 63 .....**

**I.....**

**II.....**

**III.....**

**§1º Para os servidores cedidos, requisitados e em lotação provisória, com função comissionada ou cargo em comissão, a contribuição mensal será de 3% (três por cento) sobre a base de cálculo da remuneração percebida no STJ.**

**§ 2º A participação direta do beneficiário titular no preço dos serviços assistenciais utilizados, prevista no inciso II deste artigo, será consignada mensalmente como desconto em seu pagamento, em parcelas sucessivas não superiores, cada uma, a 10% (dez por cento) da sua remuneração, deduzidos o Imposto de Renda retido na fonte, a contribuição para o Plano de Seguridade Social, a Contribuição Voluntária ao PRÓ-SER e os valores pagos a título de pensão alimentícia.**

**§ 3º O beneficiário titular participará do custo dos serviços que lhe forem prestados nas seguintes proporções:**

**I - na área da assistência médico-hospitalar e ambulatorial:**

**a) nas despesas hospitalares, inclusive pequenos atos médicos e cirúrgicos, e honorários com internação clínica e cirúrgica, 10%;**

**b) demais procedimentos, 30%.**

**II - na área da assistência odontológica, 30% em todos os procedimentos.**

**III - na área de Benefícios Sociais, conforme regulamentação própria de cada Programa.**

**a) (Revogado)**

**b) (Revogado)**

**c) (Revogado)**

**d) (Revogado)**

**e) (Revogado)**

**IV - (REVOGADO)**

**§ 4º A execução dos contratos e despesas obedecerá às normas de administração financeira e orçamentária, e demais legislação vigente.**

**§ 5º É vedada a utilização dos recursos previstos nos incisos II e III deste artigo para contratação de pessoal.**

**§ 6º Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, quando ambos os cônjuges forem servidores do STJ, contribuirá o de maior remuneração como beneficiário titular ou os dois, obedecidos os procedimentos previstos no art. 10.**

**§ 7º As participações a que se referem os incisos II e III deste artigo destinam-se, pela ordem, a:"**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**